ANCESTRALIDADE, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

A trajetória de Dona Fiana, a história do Igo dos Ossurumins e a preservação da memória negra e quilombola do Alto da Sereia

Proponente: Valmir dos Santos Neves Filho
Comunidade de referência: Comunidade Quilombola Alto da Sereia – Salvador, Bahia
Área de atuação: Cultura popular, memória e patrimônio cultural, ancestralidade afro-brasileira, literatura e valorização das tradições comunitárias.

---

1. APRESENTAÇÃO

Minha trajetória está profundamente ligada à história da minha família e à memória da Comunidade Quilombola Alto da Sereia, localizada em Salvador, Bahia. Minha identidade foi construída a partir de uma herança familiar que atravessa gerações e reúne referências da ancestralidade africana, da resistência negra, da cultura popular baiana e da transmissão de conhecimentos tradicionais.

Nasci em 15 de janeiro de 1976 e fui criado no Alto da Sereia, território que integra minha história pessoal e familiar. Minha relação com a comunidade não se limita ao lugar onde vivi. Ela está ligada às pessoas, às histórias que ouvi desde a infância, às manifestações culturais, às práticas alimentares, às relações de vizinhança e às lembranças que formaram minha compreensão de pertencimento.

Entre as figuras centrais dessa trajetória está minha avó Nair dos Santos das Neves, conhecida como Dona Fiana, nascida em 11 de novembro de 1910. Sua história representa uma referência importante na preservação dos saberes populares e da culinária tradicional da Bahia. Por meio de sua trajetória, reconheço a importância das mulheres negras que, muitas vezes sem ocupar espaços formais de registro, mantiveram conhecimentos, costumes e práticas culturais transmitidos de geração em geração.

A história familiar também guarda uma referência ancestral de grande importância: Luiz Felisberto da Silva Couve, conhecido como Igo dos Ossurumins, apresentado na publicação *Notas sobre Negros Malês na Bahia*, de Antônio Monteiro, como um rei africano que foi capturado, escravizado e trazido para a Bahia. A memória familiar estabelece uma ligação genealógica entre essa história e as gerações posteriores da família.

Este portfólio reúne documentos, fotografias, relatos familiares, registros históricos e experiências pessoais. Seu propósito é apresentar a trajetória de preservação da memória de meus antepassados, valorizar a história de Dona Fiana e demonstrar a relação entre minha identidade, a ancestralidade africana e o território do Alto da Sereia.

Não se trata apenas de reunir imagens antigas ou documentos isolados. Trata-se de organizar uma memória que foi transmitida por pessoas, preservada em fotografias, registrada em publicações e mantida nas práticas culturais que continuam presentes na vida familiar.



Dona Fiana, Nair dos Santos das Neves, referência familiar na preservação de saberes, memórias e tradições transmitidas entre gerações.

2. A ANCESTRALIDADE AFRICANA: A HISTÓRIA DO IGO DOS OSSURUMINS

Um dos registros mais importantes para compreender a história de minha família está na publicação *Notas sobre Negros Malês na Bahia*, de Antônio Monteiro, publicada pela editora Ianamá, em 1987. A obra possui 134 páginas e apresenta, entre seus capítulos, o texto intitulado “Um rei malê escravo na Bahia”.

Nesse capítulo, o pesquisador apresenta a trajetória de Luiz Felisberto da Silva Couve, identificado como Igo dos Ossurumins. A narrativa reúne informações sobre sua origem africana, sua captura, a chegada à Bahia, sua vida na condição de escravizado, sua posterior liberdade e o reconhecimento que teria recebido entre outros africanos que viviam em Salvador.

A história de Igo é particularmente significativa porque permite conhecer a trajetória de um homem que, segundo a publicação e a memória familiar nela registrada, possuía uma posição de liderança em sua terra de origem. Sua vida foi profundamente transformada pela violência do tráfico de pessoas escravizadas, mas sua história também preserva referências de liderança, conhecimento, religiosidade e pertencimento africano.

2.1. A captura na África e a perda da liberdade

Segundo a narrativa apresentada por Antônio Monteiro, por volta de 1876, a região dos Ossurumins teria sido dominada por espanhóis. Nesse contexto, Igo, identificado como rei de seu povo, foi capturado durante uma emboscada.

O relato informa que ele estava acompanhado de outros homens em uma atividade de caça quando o grupo foi surpreendido. A captura teria ocorrido por meio de uma rede, utilizada para imobilizar os homens. Depois de dominados, foram conduzidos até o porto, embarcados em um navio e posteriormente vendidos.

O episódio representa uma ruptura profunda em sua trajetória. Um homem que, conforme a memória preservada, ocupava uma posição de liderança em sua terra de origem foi retirado de seu território e submetido à violência de um sistema que transformava pessoas em mercadorias.

A captura não significou apenas a perda da liberdade individual. Representou também a separação de sua terra, de suas referências sociais, de seus costumes e de uma estrutura de vida construída em seu lugar de origem.

A história de Igo permite refletir sobre uma dimensão da escravidão que muitas vezes é pouco destacada: entre os africanos trazidos à força para o Brasil havia pessoas que, antes da captura, possuíam posições de liderança, conhecimentos especializados, responsabilidades religiosas, experiências políticas e vínculos comunitários próprios. A

condição de escravizado imposta no Brasil não apagava a história que essas pessoas haviam construído na África.

2.2. A travessia e a chegada à Bahia

A publicação registra que um frade capuchinho chamado Boaventura teria adquirido o grupo de africanos escravizados e levado Igo para a Bahia, acompanhado de sua esposa.

A presença de sua companheira na narrativa é um aspecto importante. A história não apresenta apenas um homem que atravessou o oceano, mas também uma mulher que compartilhou a experiência do deslocamento forçado e da chegada a uma sociedade escravista.

Segundo o relato, o casal recebeu nomes de batismo cristãos: Luiz Felisberto da Silva Couve e Luiza Hortênsia Felisberta Couve. Em outros registros e identificações familiares aparece a forma Luiza Felisberta Couve. Essas variações devem ser preservadas conforme a grafia de cada documento, sem presumir que todas as formas tenham sido registradas da mesma maneira.

A adoção de nomes cristãos representa um aspecto da transformação de identidade vivida por muitos africanos escravizados no Brasil. Os nomes pelos quais passaram a ser conhecidos nos registros brasileiros não eliminavam suas origens, suas memórias nem os conhecimentos que traziam de suas terras.

Assim, Luiz Felisberto da Silva Couve passou a ser o nome pelo qual Igo aparece na documentação e na pesquisa histórica consultada. A referência ao nome Igo dos Ossurumins, por sua vez, mantém a ligação com sua identidade africana e com a história de seu povo.

2.3. A escravização, a passagem por Salvador e a conquista da liberdade

A chegada à Bahia não significou o fim da violência que havia marcado sua captura. Igo passou a viver em uma sociedade estruturada pela escravidão, na qual africanos eram submetidos à exploração, à perda de autonomia e às imposições de uma ordem social que procurava controlar seus corpos e seu trabalho.

A narrativa de Antônio Monteiro informa que Igo e sua esposa foram posteriormente vendidos a uma mulher conhecida como Julinha. A publicação relaciona essa referência ao entorno da região da Barra e da Avenida, em Salvador, e menciona relações com a família de Manoel Joaquim de Carvalho e a família Tude, associada à antiga Casa Tude, na Rua do Pilar.

Essas referências são importantes porque ajudam a situar a trajetória de Igo dentro da geografia histórica de Salvador. Sua vida esteve ligada a diferentes espaços da cidade, às relações de propriedade e às formas de circulação de pessoas escravizadas existentes naquele período.

A publicação informa que Igo conquistou a liberdade antes de 1882. Esse dado merece destaque: ele não permaneceu escravizado até a assinatura da Lei Áurea, em 1888. Sua trajetória inclui uma etapa de liberdade anterior à abolição oficial.

A conquista da liberdade, entretanto, não significava que todas as condições de desigualdade e discriminação tivessem desaparecido. Os africanos libertos continuavam enfrentando uma sociedade profundamente marcada pelo racismo, pela precariedade das condições de vida e por restrições sociais e econômicas.

A história de Igo deve ser compreendida considerando essas duas dimensões: a violência da escravização e a continuidade de sua existência como homem africano, portador de conhecimentos, referências culturais e relações de respeito entre outros africanos.

2.4. Um africano reconhecido entre os seus: liderança, respeito e solidariedade

Um dos aspectos mais expressivos da narrativa de Antônio Monteiro é a maneira como Igo teria sido reconhecido por outros africanos que viviam em Salvador.

Segundo o relato, sua origem, sua história de liderança e os conhecimentos que carregava despertavam respeito entre seus conterrâneos e outros africanos. Sua condição não era percebida apenas a partir da experiência da escravidão, mas também da posição que teria ocupado em sua terra de origem.

A publicação relata que outros africanos não permitiam que Igo fosse submetido ao trabalho comum dos carregadores e que levavam alimentos para ele, especialmente aos sábados.

Esse detalhe merece ser preservado com atenção. Em uma sociedade na qual muitos africanos precisavam realizar trabalhos pesados para sobreviver, a atitude de levar alimentos a Igo revela uma relação de consideração e solidariedade.

O alimento, nesse contexto, não aparece apenas como resposta a uma necessidade física. O gesto de compartilhar comida demonstra a existência de vínculos sociais e de reconhecimento entre africanos que viviam em uma cidade marcada pela escravidão e pela desigualdade racial.

O relato sobre os alimentos levados aos sábados também ajuda a compreender a continuidade de práticas coletivas de cuidado. Mesmo diante das dificuldades impostas pela vida em Salvador, esses africanos mantinham relações de respeito, proteção e pertencimento.

É possível interpretar esse gesto como uma forma de solidariedade entre pessoas que compartilhavam referências africanas. Entretanto, a palavra específica utilizada pelo autor deve ser respeitada: se a publicação menciona que levavam alimentos, não se deve apresentar como citação do livro um termo que não esteja efetivamente registrado nele.

2.5. Os negros de canto e o universo dos carregadores em Salvador

A história de Igo também se relaciona ao universo dos trabalhadores negros que circulavam pela cidade de Salvador, especialmente os chamados negros de canto.

Essa expressão está associada a formas de organização de trabalhadores negros que ofereciam serviços de transporte e carregamento. Entre as atividades urbanas estavam o transporte de cargas, o carregamento de objetos e o transporte de pessoas em cadeirinhas, atividade relacionada aos carregadores de arruá.

Esses trabalhadores integravam a paisagem cotidiana de Salvador e desempenhavam funções fundamentais para o funcionamento da cidade. O trabalho dos carregadores, ganhadores e outros trabalhadores negros representava uma das formas pelas quais africanos escravizados, libertos e seus descendentes buscavam garantir a sobrevivência em uma sociedade que lhes impunha profundas restrições.

A pesquisa de Antônio Monteiro menciona espaços de reunião dos negros de canto nas proximidades do Convento da Piedade e de propriedades relacionadas à família Araújo Pinho.

O autor também relata que, com a ajuda de Frei Germano Citeroni, foram consultados registros e um álbum fotográfico relacionado ao Convento da Piedade. A investigação menciona pequenos cubículos existentes naquele espaço, que teriam sido utilizados anteriormente para alojar pessoas libertas e, posteriormente, funcionários do convento.

Essas referências ajudam a reconstruir a presença africana em Salvador e a compreender como os trabalhadores negros ocupavam determinados espaços da cidade, estabeleciam relações de convivência e mantinham redes de apoio.

No caso de Igo, a informação mais importante é a particularidade de seu tratamento entre esses africanos: conforme a narrativa, outros homens procuravam poupá-lo do trabalho comum dos carregadores e levavam alimentos para ele aos sábados.

A publicação situa Igo no contexto dos negros de canto e dos trabalhadores negros que atuavam como carregadores em Salvador. O trecho disponível também informa que outros africanos procuravam poupá-lo do trabalho comum dos carregadores e levavam alimentos para ele aos sábados. Por isso, a relação de Igo com esse universo está documentada; já a afirmação específica de que ele próprio exerceu a atividade de carregador de arruá deve ser feita somente se a leitura integral da passagem original confirmar esse dado.

2.6. A religiosidade africana e o conhecimento de Ifá

Outro aspecto central da trajetória de Igo é sua ligação com conhecimentos religiosos africanos.

Antônio Monteiro o apresenta como sacerdote de Ifá e conhecedor de tradições religiosas e culturais de sua terra de origem. Essa informação demonstra que Igo carregava consigo

conhecimentos que ultrapassavam sua experiência individual e estavam ligados a sistemas tradicionais de conhecimento e espiritualidade.

Ifá é uma tradição de conhecimento e consulta espiritual de matriz iorubá, associada aos babalaôs e à transmissão de ensinamentos religiosos. A referência a Igo como sacerdote de Ifá deve ser preservada como informação apresentada pela publicação, sem acrescentar rituais, funções ou práticas específicas que não estejam documentados no relato.

A pesquisa também exige cuidado com o uso da expressão “malê”. O termo aparece na publicação para situar a história e a origem de Igo, mas não deve ser interpretado automaticamente como prova de que ele praticava o islamismo em sua vida cotidiana.

A própria narrativa apresenta uma observação de que Igo não era praticante do islamismo. Por isso, sua trajetória deve ser compreendida sem reduzir sua identidade a uma única classificação religiosa.

A história dos africanos na Bahia é marcada por diferentes origens, tradições e experiências espirituais. A presença de conhecimentos religiosos africanos, a transmissão de saberes e a preservação de referências culturais são elementos fundamentais para compreender a história de Igo.

2.7. A casa da Rua do Salete e a relação com Aurelino Leal

Entre os episódios mais expressivos da vida de Igo em Salvador está a narrativa sobre a casa que teria recebido de Aurelino Leal.

De acordo com Antônio Monteiro, o político Aurelino Leal demonstrou interesse pela história de Igo e estabeleceu com ele uma relação de consideração. Antes de partir para o Rio de Janeiro, onde assumiria uma função de chefia na polícia, Aurelino Leal teria lhe dado uma casa localizada na Rua do Salete, em Salvador.

A publicação apresenta esse episódio como uma forma de reconhecimento ao antigo rei africano. Igo teria vivido nesse imóvel com sua esposa, Luiza, e com seu neto Antenor Boaventura.

Essa informação permite localizar uma etapa da vida de Igo em um endereço concreto da cidade. A Rua do Salete passa a integrar a geografia da memória familiar e a história da presença africana em Salvador.

A casa também representa uma mudança importante em sua trajetória. O homem que havia sido capturado em sua terra de origem, transportado à força para o Brasil e submetido à escravidão aparece, em outro momento de sua vida, residindo em um imóvel que, segundo a narrativa, lhe teria sido concedido por uma pessoa influente da sociedade baiana.

O episódio não apaga as violências que sofreu, mas demonstra que sua história não se resume à condição de escravizado. Ele também foi lembrado como uma pessoa de origem e posição reconhecidas, cuja trajetória despertava interesse e consideração.

2.8. Outras referências de moradia em Salvador

A narrativa de Antônio Monteiro também menciona outros espaços relacionados à vida de Igo em Salvador, entre eles o Beco do Vai-Quem-Quer, nos Barris, com acesso à região da Rua dos Coqueiros da Piedade, e uma referência ao Mirante do Cabula, em São Lázaro.

A publicação descreve, nesse último contexto, uma moradia simples, construída em taipa e coberta de palha, próxima a outros africanos identificados na narrativa.

Essas referências devem ser preservadas como parte da geografia histórica apresentada pelo pesquisador. Entretanto, sem uma sequência cronológica inequívoca em todas as passagens, não é adequado afirmar que esses endereços correspondem necessariamente a uma ordem exata de mudança ou a períodos precisamente definidos.

O que se pode afirmar é que a vida de Igo esteve relacionada a diferentes espaços de Salvador, incluindo áreas centrais e outras regiões onde africanos construíam formas de convivência e preservação de suas referências culturais.

A presença dessas localidades no relato é importante porque mostra que a memória de Igo não está associada apenas a um nome ou a um documento civil. Ela também está ligada a lugares concretos da cidade, que ajudam a reconstruir sua trajetória.

2.9. A memória preservada por Antenor Boaventura

A história de Igo chegou às gerações posteriores por meio de relatos familiares e da preservação de lembranças transmitidas por seus descendentes.

Entre as figuras mais importantes nessa transmissão está Antenor Boaventura, identificado na publicação como neto de Igo. Foi por meio de seu relato que informações sobre a origem africana do ancestral, sua captura, sua chegada à Bahia e aspectos de sua vida foram incorporadas à pesquisa de Antônio Monteiro.

Antenor representa uma ligação entre a memória familiar e o registro escrito. Sua narrativa permitiu que acontecimentos transmitidos no ambiente doméstico fossem apresentados a um pesquisador e incorporados a uma publicação.

O livro também registra a preservação de objetos atribuídos a Igo, entre eles uma antiga jarra de louça azulada e um prato de Macau. Esses objetos são especialmente significativos porque representam vestígios materiais associados à memória do ancestral.

A preservação de objetos familiares é uma forma de transmissão de memória. Mesmo quando não se conhece toda a trajetória de uma peça, sua conservação e identificação por descendentes podem manter viva a lembrança de pessoas e acontecimentos.

A publicação informa que Antenor Boaventura faleceu em 15 de abril de 1985, aos 88 anos. Sua contribuição para a preservação da história do avô permanece registrada no trabalho de Antônio Monteiro.

A história de Igo, portanto, chega até este portfólio por meio de diferentes caminhos: a pesquisa publicada, a narrativa transmitida por Antenor, os registros civis e a memória genealógica preservada pela família.

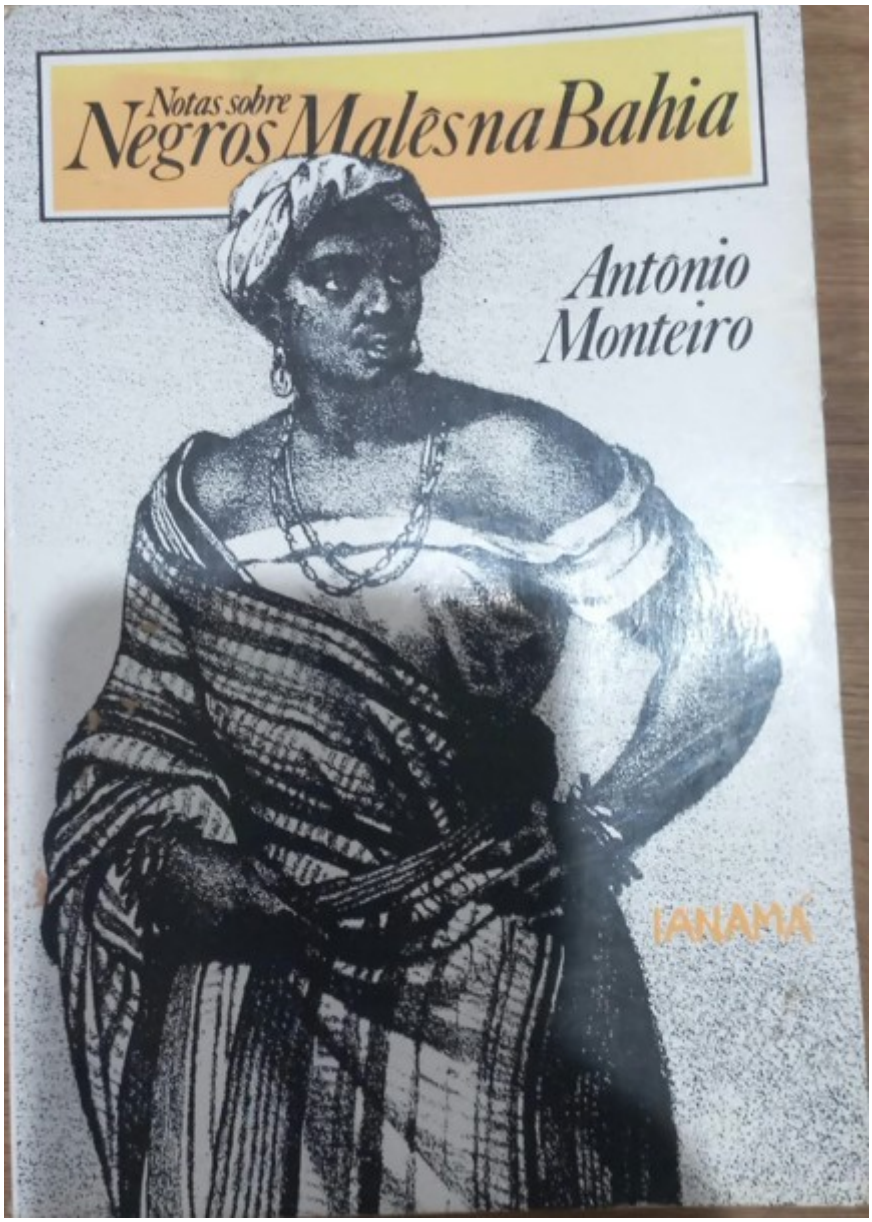
2.10. A importância dessa ancestralidade para minha identidade

A história do Igo dos Ossurumins representa uma referência fundamental para compreender minha ancestralidade.

Ao conhecer sua trajetória, compreendo que minha história familiar está ligada a acontecimentos que ultrapassam a experiência individual de meus antepassados. Ela se relaciona à presença africana na Bahia, à escravidão, à liberdade, à preservação de conhecimentos religiosos, à solidariedade entre africanos e à formação da cultura negra em Salvador.

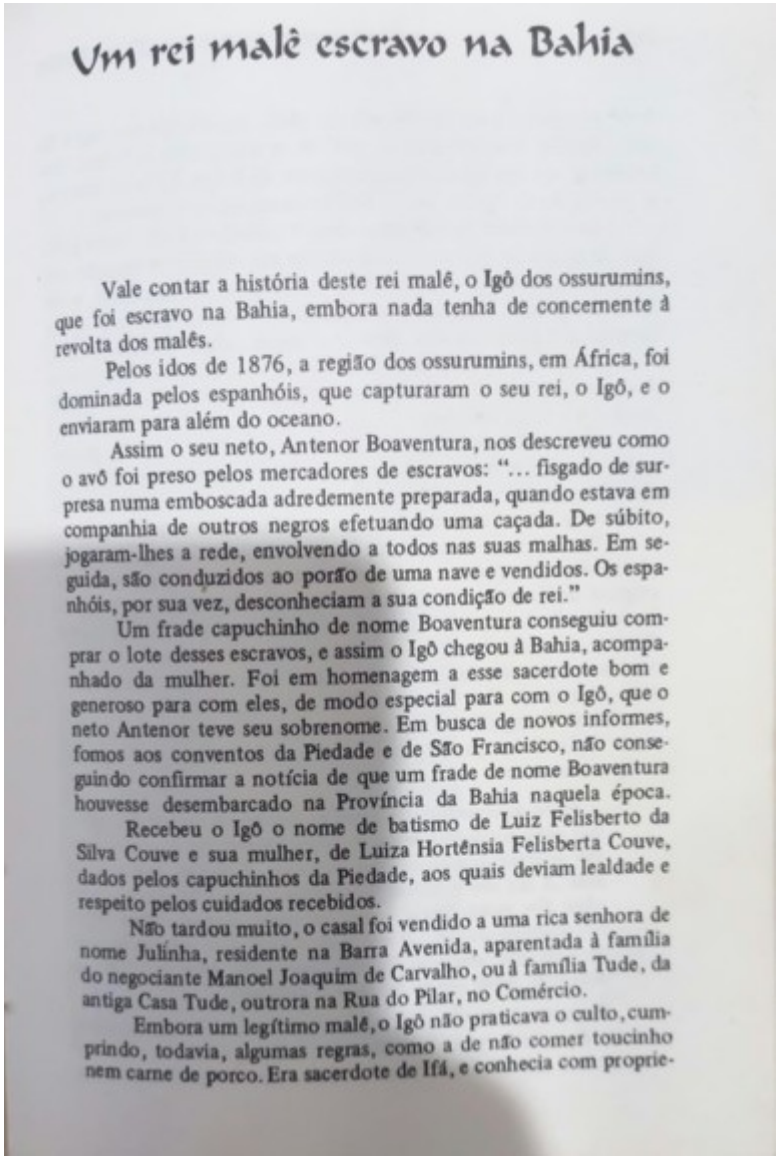
A memória de Igo também permite reconhecer que os africanos trazidos à força para o Brasil não chegaram sem história. Eram pessoas que possuíam territórios, relações familiares, conhecimentos, posições sociais e referências culturais próprias.

A preservação dessa história é uma forma de reconhecer a dignidade de nossos antepassados e de impedir que suas trajetórias sejam reduzidas apenas à condição de pessoas escravizadas.



Capa do livro *Notas sobre Negros Malês na Bahia*, de Antônio Monteiro.

Publicação de Antônio Monteiro, editora Ianamá, 1987, que registra a história do Igo dos Ossurumins, identificado como Luiz Felisberto da Silva Couve.



Um rei malê escravo na Bahia

Vale contar a história deste rei malê, o Igô dos ossurumins, que foi escravo na Bahia, embora nada tenha de concernente à revolta dos malês.

Pelos idos de 1876, a região dos ossurumins, em África, foi dominada pelos espanhóis, que capturaram o seu rei, o Igô, e o enviaram para além do oceano.

Assim o seu neto, Antenor Boaventura, nos descreveu como o avô foi preso pelos mercadores de escravos: "... fisgado de surpresa numa emboscada adredemente preparada, quando estava em companhia de outros negros efetuando uma caçada. De súbito, jogaram-lhes a rede, envolvendo a todos nas suas malhas. Em seguida, são conduzidos ao porão de uma nave e vendidos. Os espanhóis, por sua vez, desconheciam a sua condição de rei."

Um frade capuchinho de nome Boaventura conseguiu comprar o lote desses escravos, e assim o Igô chegou à Bahia, acompanhado da mulher. Foi em homenagem a esse sacerdote bom e generoso para com eles, de modo especial para com o Igô, que o neto Antenor teve seu sobrenome. Em busca de novos informes, fomos aos conventos da Piedade e de São Francisco, não conseguindo confirmar a notícia de que um frade de nome Boaventura houvesse desembarcado na Província da Bahia naquela época.

Recebeu o Igô o nome de batismo de Luiz Felisberto da Silva Couve e sua mulher, de Luiza Hortênsia Felisberta Couve, dados pelos capuchinhos da Piedade, aos quais deviam lealdade e respeito pelos cuidados recebidos.

Não tardou muito, o casal foi vendido a uma rica senhora de nome Julinha, residente na Barra Avenida, aparentada à família do negociante Manoel Joaquim de Carvalho, ou à família Tude, da antiga Casa Tude, outrora na Rua do Pilar, no Comércio.

Embora um legítimo malê, o Igô não praticava o culto, cumprindo, todavia, algumas regras, como a de não comer toucinho nem carne de porco. Era sacerdote de Ifá, e conhecia com proprie-

Página do livro com o título "Um rei malê escravo na Bahia".

Capítulo da pesquisa de Antônio Monteiro dedicado à trajetória de Igo dos Ossurumins, sua captura na África e sua chegada à Bahia.

---

3. A PESQUISA DE ANTÔNIO MONTEIRO E O RELATO DE ANTENOR BOAVENTURA

A história de Luiz Felisberto da Silva Couve foi reconstruída por meio de pesquisa histórica e de informações transmitidas por seus descendentes.

Na publicação de Antônio Monteiro, aparece o relato atribuído a Antenor Boaventura, neto do Igo. Essa participação é especialmente significativa porque demonstra como a memória familiar pode contribuir para a preservação de histórias que não estão integralmente registradas em documentos oficiais.

Antenor transmitiu informações sobre a captura do avô, sua chegada à Bahia e aspectos de sua vida. Por meio desse relato, a pesquisa apresenta uma trajetória que reúne acontecimentos históricos, lembranças familiares e referências à vida dos africanos em Salvador.

A publicação também registra a existência de objetos que teriam pertencido ao ancestral e sido preservados por Antenor: uma antiga jarra de louça azulada e um prato de Macau.

Esses objetos representam uma dimensão material da memória. São peças que, segundo a narrativa, permaneceram associadas à história de Igo e foram preservadas por um descendente.

A pesquisa de Antônio Monteiro é relevante porque aproxima três dimensões: o documento histórico, a investigação do pesquisador e a tradição oral preservada pelos descendentes.

É importante, entretanto, reconhecer a natureza das fontes. Nem todos os acontecimentos narrados possuem comprovação documental independente. Parte da história chega por meio da tradição oral e da memória familiar incorporada à publicação. Por isso, neste portfólio, a narrativa é apresentada respeitando a origem de cada informação.

A memória oral não deve ser descartada por não possuir a mesma forma de um registro cartorial. Ela constitui uma importante fonte para a compreensão das experiências familiares e comunitárias, especialmente quando se trata de histórias de populações negras cujas trajetórias foram frequentemente pouco registradas pelas instituições oficiais.

dade peculiar o jogo de Ifá; era um oluô, ou, conforme a regra do culto iorubá, um babalaô, o que vê, o que prediz o futuro, um adivinho; em sua época, o mais famoso da Bahia. Liberto, tornou-se protegido da "gente bem" da Província, que o procurava.

Daí também os cuidados do Dr. Aurelino Leal, chefe político de projeção na época, que residia em magnífica mansão nos Barris e, sabedor de que o velho Igô fora rei em sua terra, a ele devotava grande simpatia e consideração e lhe dava toda a ajuda necessária à sobrevivência. Antes de seguir para o Rio de Janeiro, onde assumiria a chefatura de polícia, o Dr. Leal presenteou-o com uma casa na Rua do Salete, onde ele passou a residir com a mulher e o neto, Antenor.

Mais tarde, resolveu mudar-se para o Beco do Vai-quem-quer, ainda nos Barris, dando para a Rua Coqueiros da Piedade. Residira também no Mirante do Calabar, em São Lázaro, num casebre de taipa e coberto de palha, vizinho a outros malês.

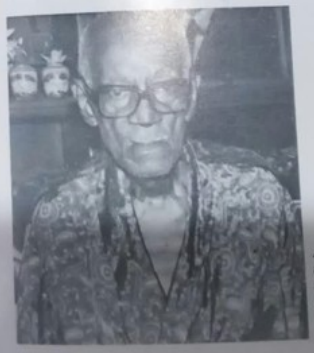
Fazia ponto com outros "negros de canto" – ganhadores, carregadores de piano e de cadeirinhas de arruar – justamente na esquina do Convento da Piedade, no passeio da residência da família Araújo Pinho, onde hoje está localizado um órgão da Segurança Pública, um sobrado antigo que ainda conserva as mesmas características estruturais da época. No Convento da Piedade, conseguimos, através de Frei Germano Citeroni, a gentileza de manusear um álbum fotográfico, de onde extraímos a seguinte nota referente ao local em que o Igô e seus companheiros foram abrigados temporariamente:

> *... havia aqui uma porta, bem no centro da parede do pátio, que dava acesso a um outro corredor estreito e escuro com três quartos pequenos, tipo cubículo, à direita, hoje sala de aula. A luz era refletida pelos raios solares através de janelinhas. Em outra época, serviu de abrigo para escravos libertos; tempos depois, já em nossos dias, fora adaptado para morada dos empregados. No fundo do corredorzinho, à esquerda, havia um outro quarto depósito.*

Por volta de 1941, sua história nos chegou ao conhecimento através de nossos velhos informantes malês, que nos forneceram um recorte da "Revista Vozes", edição dos frades franciscanos



Da direita para a esquer[illegible] Igô dos Ossurumins e seus companheiros Tia [illegible]ndá, Darô e Fadéga.



Antenor Boaventura, recentemente falecido aos 87 anos de idade, era neto do Igô dos Ossurumins (foto de 1984).

Registro da memória familiar transmitida por Antenor Boaventura, descendente do Igo dos Ossurumins.


REI
FOI NAGÔ
Narrado por
Antenor Boaventura
dos ruslos cafezais
amargurada do negro
a mourejar sem descanso,
desde o sol da manhã às estrêlas da noite,
dessa noite cruel, Rainha Negra,
com o seu cortejo lúgubre de sonhos
e o seu mundo lunar de assombrações
O sol do prêto velho
são os cabelos de ouro, é a voz de ouro
da princesa Isabel,
recebendo da mão fidalga de Nabuco
a rosa de ouro da emancipação.
Negro que ficou na minha raça
como um cravo da cruz do sofrimento.
Que lidou no sossêgo das fazendas,
no fogo das batalhas,
marinheiro e soldado do Brasil!
Hoje o que a Pátria não tem mais histó-
[ria
gosta de contemplar no prêto velho
o tisnado
o esplendor,
(Luiz Felisberto Couve, o último à direita)

Registro iconográfico reproduzido na publicação de Antônio Monteiro, relacionado à pesquisa sobre Igo dos Ossurumins.

4. O REGISTRO CIVIL DE LUIZ FELISBERTO DA SILVA COUVE

A pesquisa de Antônio Monteiro não se restringe à tradição oral. O autor também apresenta informações obtidas em cartório e reproduz a certidão de óbito de Luiz Felisberto da Silva Couve.

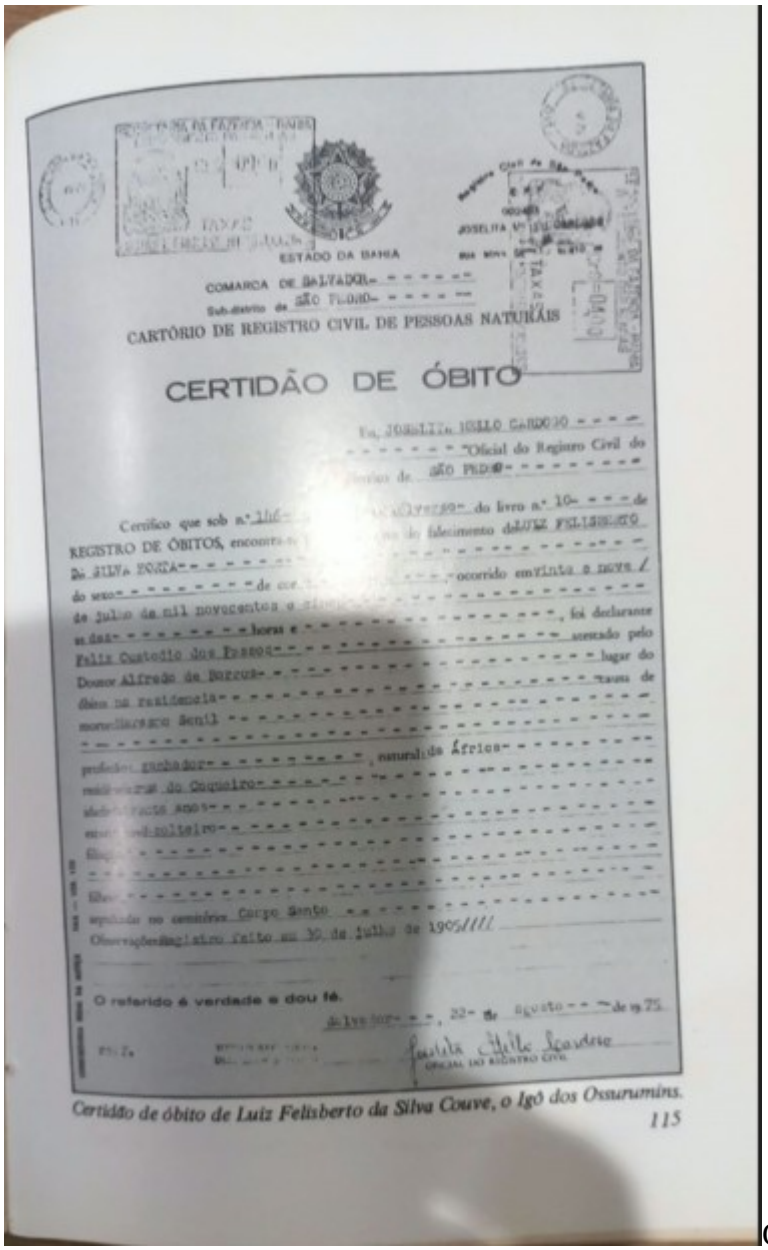
De acordo com a publicação, o falecimento ocorreu em 29 de julho de 1905, e o registro foi localizado no Cartório de Registro Civil de São Pedro, em Salvador.

A reprodução da certidão de óbito constitui um elemento documental importante para a reconstrução dessa trajetória. O documento permite relacionar a narrativa histórica à existência civil de Luiz Felisberto da Silva Couve e estabelecer um marco temporal para a organização da memória familiar.

A data de seu falecimento também permite compreender a proximidade entre diferentes gerações da família. Dona Fiana nasceu em 1910, apenas cinco anos depois da morte de Luiz Felisberto.

Essa proximidade cronológica é importante para a organização da linha do tempo familiar, embora não substitua a documentação necessária para demonstrar cada vínculo genealógico.

A certidão reproduzida na publicação é, portanto, uma das peças centrais do conjunto documental apresentado neste portfólio.



Certidão de óbito de Luiz Felisberto da Silva Couve, o Igó dos Ossurumins.
115

Certidão de óbito de Luiz Felisberto da Silva Couve, falecido em 29 de julho de 1905, conforme reprodução apresentada na pesquisa de Antônio Monteiro.

---

5. DONA FIANA: A CONTINUIDADE DA MEMÓRIA FAMILIAR

A história de Dona Fiana ocupa lugar central neste portfólio. Nascida em 11 de novembro de 1910, Nair dos Santos das Neves pertence a uma geração que nasceu quando ainda estavam muito próximos, no tempo, os acontecimentos relacionados à vida de Luiz Felisberto da Silva Couve, falecido em 1905.

A memória familiar estabelece uma relação genealógica entre Dona Fiana e o Igo dos Ossurumins. Essa ligação é fundamental para compreender a forma como a ancestralidade africana permanece presente na história de nossa família.

Dona Fiana foi uma referência familiar e comunitária. Sua trajetória está associada à culinária tradicional baiana, à participação em manifestações populares e à transmissão de conhecimentos cotidianos.

Sua importância não está apenas nos acontecimentos que podem ser registrados por documentos. Está também nas práticas que foram aprendidas, repetidas e transmitidas no convívio familiar.

As receitas, os modos de preparar os alimentos, a escolha dos ingredientes, as relações estabelecidas nos espaços de comércio popular e a participação em festas e manifestações culturais constituem formas de conhecimento.

Muitas dessas experiências são transmitidas oralmente, por observação e convivência. São conhecimentos que não dependem necessariamente de livros ou registros formais para permanecerem vivos.

Na memória familiar, Dona Fiana representa essa continuidade. Sua trajetória demonstra como mulheres negras participaram da preservação da cultura popular por meio do trabalho, da alimentação, das relações comunitárias e da transmissão de práticas culturais.



sas da Matriz. Ia carregar o Senhor Branco por mais pataca até a Vitória, até a Barra, até Nazaré, até Brotas, até Itapagipe.

Quantas vêzes eu percorri com o prêto velho as ruas da cidade, segurando o passo da "cadeira de arruar", a fim de receber o meu vintém em pagamento. De princípio, sua casa ficava perto da Igreja de São Lázaro, que porém, pela distância do centro da cidade não era passo vantajoso para o exercício de sua profissão de carregador. Mudou-se êle depois para a Piedade, que ficava mais central. Além do que, a Piedade fôra sempre o seu lugar de predileção.

E assim foram decorrendo os anos, até que um dia se divulgou a notícia de que o escravo Luís Felisberto Couve fôra rei dos Nagôs Ossurumia. Desde então êle passou a gozar de uma consideração tôda especial. Os outros negros não permitiram mais que êle fizesse trabalhando como qualquer carregador negro. Todos os sábados iam levar-lhe em casa [illegible], cercando-o sempre de atenções. Além disso, o Dr. Aurelino Leal, que

o braço heróico que levava adiante
os destinos de um povo,
com a mesma submissão
e com a mesma meiguice
com que sustinha sôbre os ombros de ébano
o palanquim dourado
[illegible]
às Missas da Matriz.

Mãos que cavaram o ouro das minas
— ouro que encheu o mundo de riqueza —
e hoje imploram o côbre das esmolas,
que muita vez ninguém dá!
Gosto do prêto velho,
contando à sua moda
a História do Brasil:
— Um rei descomunal — Pedro I.
Um rei pacato e bom — D. Pedro II.

[illegible]
lendas,
lendas,
que o negro arranca da imaginação,
como quem colhe moedas de ouro
num cofre negro de jacarandá.

Gosto do prêto velho!

A sua vida é um calendário de trabalho
cheia de dias úteis,
com um só dia santo,
que é o dia da morte.

O seu destino é um breviário de saudade
— dessa saudade amarga
que lhe findou nos olhos quase cegos,
dessa saudade estúpida de tudo
que lhe morreu no coração.

Gastão Penalva

98

Luiza Felisberta Couve (sentada)

Luiza Felisberta Couve, esposa de Luiz Felisberto da Silva Couve, e

Dona Fiana e sua avó, Luiza Felisberta Couve. A imagem representa a continuidade da memória entre gerações.

---

6. A LAVAGEM DO BONFIM E A PRESENÇA NAS MANIFESTAÇÕES POPULARES DA BAHIA

A relação de Dona Fiana com a cultura popular baiana também aparece em registros familiares associados à Lavagem do Bonfim.

A Lavagem do Bonfim é uma das manifestações populares e religiosas mais conhecidas da Bahia. Sua realização reúne expressões de fé, tradição, música, sociabilidade e referências culturais afro-brasileiras.

A festa integra a história cultural de Salvador e representa um espaço de encontro entre diferentes grupos sociais, tradições religiosas e manifestações populares.

As fotografias familiares relacionadas a esse contexto ajudam a preservar a memória da presença de Dona Fiana nas manifestações culturais da cidade.

Essas imagens devem ser compreendidas como registros de uma experiência vivida. Elas permitem reconhecer a participação de uma mulher negra de uma família vinculada ao Alto da Sereia em um universo cultural que integra a identidade de Salvador.

A presença de Dona Fiana nesse contexto também deve ser relacionada à história das mulheres negras que contribuíram para manter vivas as tradições populares, seja por meio da participação nas festas, da preparação de alimentos, da convivência comunitária ou da transmissão de conhecimentos.

Para mim, essas fotografias possuem ainda uma dimensão pessoal: são registros da convivência com minha avó e da transmissão de referências culturais entre gerações.



Dona Fiana em registro familiar relacionado à Lavagem do Bonfim, manifestação popular que integra a memória cultural e religiosa da Bahia.



Registro familiar de Valmir dos Santos Neves Filho ao lado de Dona Fiana, preservando a memória de sua convivência e da transmissão de referências culturais entre gerações.

---

7. OS SABERES DA CULINÁRIA TRADICIONAL: ACARAJÉ, ABARÁ E OUTROS QUITUTES

Dona Fiana também foi reconhecida na memória familiar por seus conhecimentos culinários e pela preparação de comidas tradicionais da Bahia.

Segundo os relatos familiares, ela preparava acarajé, abará, cocadas, bolinho de estudante e outros quitutes associados à culinária baiana.

Esses alimentos não representam apenas receitas. Cada preparação envolve conhecimentos sobre ingredientes, seleção de produtos, técnicas de preparo, tempo, temperatura, textura e formas de apresentação.

No caso de Dona Fiana, esses conhecimentos eram transmitidos pela prática e pela convivência. A cozinha constituía um espaço de aprendizado, no qual os saberes eram compartilhados entre gerações.

A preparação do acarajé e do abará, por exemplo, envolve conhecimentos específicos sobre o feijão-fradinho, a retirada das cascas, a moagem, o preparo da massa e o processo de fritura ou cozimento. Esses modos de fazer integram uma tradição culinária afro-baiana que possui também dimensões culturais e religiosas.

A memória familiar associa a preparação desses alimentos à presença de Dona Fiana no cotidiano do Alto da Sereia e à sua relação com os espaços de comércio popular de Salvador.

Para adquirir os ingredientes necessários, ela frequentava a Feira de São Joaquim. Esse detalhe é importante porque aproxima o saber culinário do território e das relações sociais construídas em torno da compra e circulação de alimentos.

A culinária tradicional afro-baiana constitui uma expressão importante da cultura popular. Seus conhecimentos carregam referências históricas, religiosas, territoriais e comunitárias.

Na memória de nossa família, Dona Fiana representa essa transmissão de saberes. Sua cozinha era um espaço de preservação de práticas e conhecimentos que continuam presentes na identidade de seus descendentes.



Dona Fiana, referência familiar na preservação dos saberes culinários tradicionais da Bahia.



Feira de São Joaquim, espaço tradicional de comércio popular de Salvador, associado à memória familiar de aquisição de ingredientes e manutenção dos saberes da culinária baiana.

---

8. A FEIRA DE SÃO JOAQUIM E A MEMÓRIA NEGRA DE SALVADOR

A Feira de São Joaquim ocupa lugar importante na memória cultural de Salvador e na história da circulação de produtos, alimentos e conhecimentos ligados à cultura afro-baiana.

Na história de nossa família, a feira está associada às compras realizadas por Dona Fiana para a preparação de seus quitutes e alimentos tradicionais.

Sua importância, entretanto, ultrapassa a dimensão comercial. A feira é também um espaço de sociabilidade, circulação de conhecimentos, relações de trabalho e preservação de práticas culturais.

Em suas barracas e corredores circulam alimentos, temperos, utensílios, produtos utilizados na culinária e elementos relacionados às tradições populares e religiosas da Bahia.

A feira também representa a continuidade de formas de comércio popular que fazem parte da história da população negra de Salvador.

Sua trajetória se relaciona à antiga Feira de Água de Meninos, cuja história foi marcada por transformações urbanas e pela transferência de atividades comerciais após um incêndio ocorrido em 1964.

A região de Água de Meninos também possui importância na história da população negra de Salvador. Foi naquela área que ocorreram confrontos relacionados à Revolta dos Malês, em janeiro de 1835, quando africanos muçulmanos escravizados e libertos participaram de uma insurreição contra a ordem escravista.

A relação entre a memória da Feira de São Joaquim, a antiga Feira de Água de Meninos e a Revolta dos Malês deve ser compreendida historicamente, sem confundir os diferentes espaços e acontecimentos.

Para nossa família, a Feira de São Joaquim representa também um elo entre a ancestralidade, os alimentos tradicionais e a continuidade dos saberes de Dona Fiana.

Ao recordar as compras realizadas por ela, reconheço que a história da culinária familiar não começa apenas no momento em que um alimento é preparado. Ela também está relacionada aos espaços de comércio, às pessoas que vendem os ingredientes e aos conhecimentos acumulados em torno dos produtos utilizados.

A feira, portanto, integra a memória cultural que conecta a história de Dona Fiana à vida cotidiana de Salvador.

---

9. A DEDICATÓRIA DE MARCELA: UMA MEMÓRIA AFETIVA DE DONA FIANA

Entre os documentos e registros familiares há uma publicação intitulada *Salvador – História & Imagens / Storia & Immagini*, que contém uma dedicatória manuscrita dirigida a Fiana.

A dedicatória apresenta as seguintes palavras:

“Para Fiana, minha mãe, minha amiga, mulher de raro valor.”

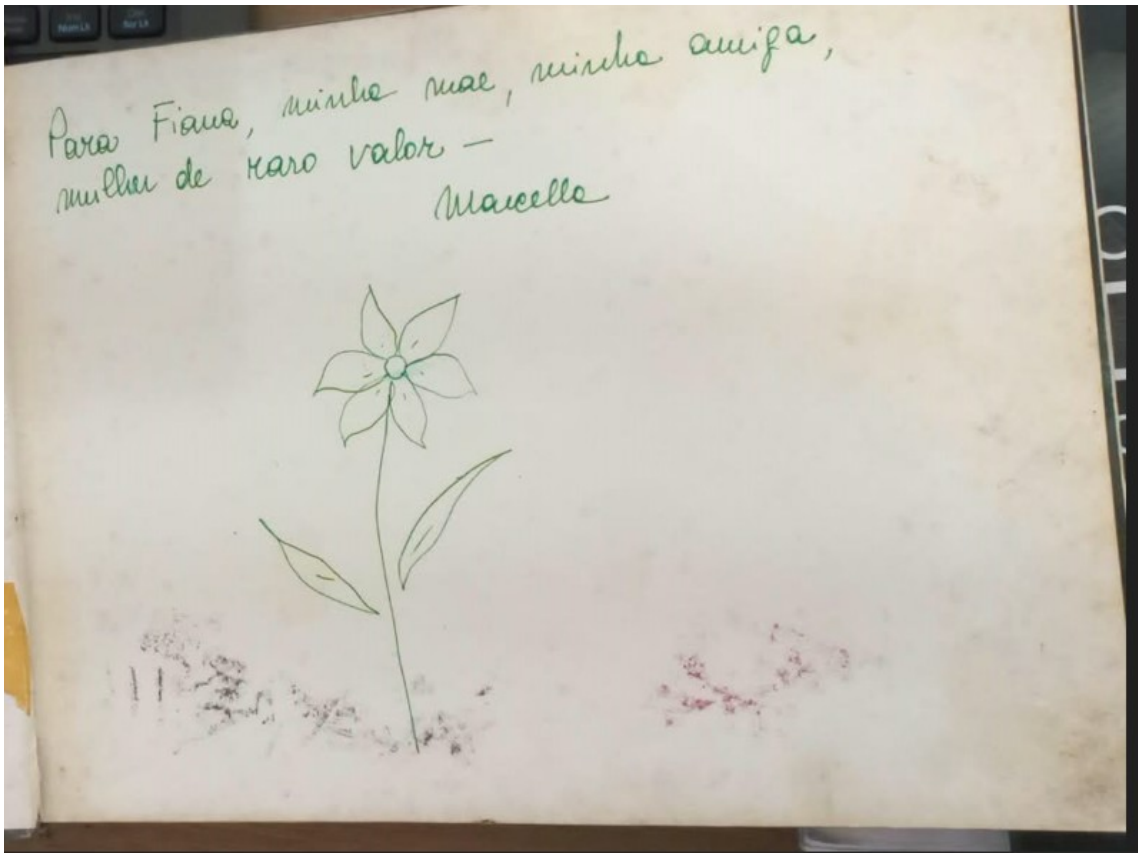
A mensagem, assinada por Marcela, é um registro afetivo importante. Ela revela o reconhecimento e a admiração dirigidos a Dona Fiana, preservando uma lembrança de seu valor humano e de sua importância para as pessoas de seu convívio.

A expressão “minha mãe, minha amiga” deve ser mantida como aparece no documento, sem atribuir a Marcela um parentesco específico que ainda não esteja confirmado.

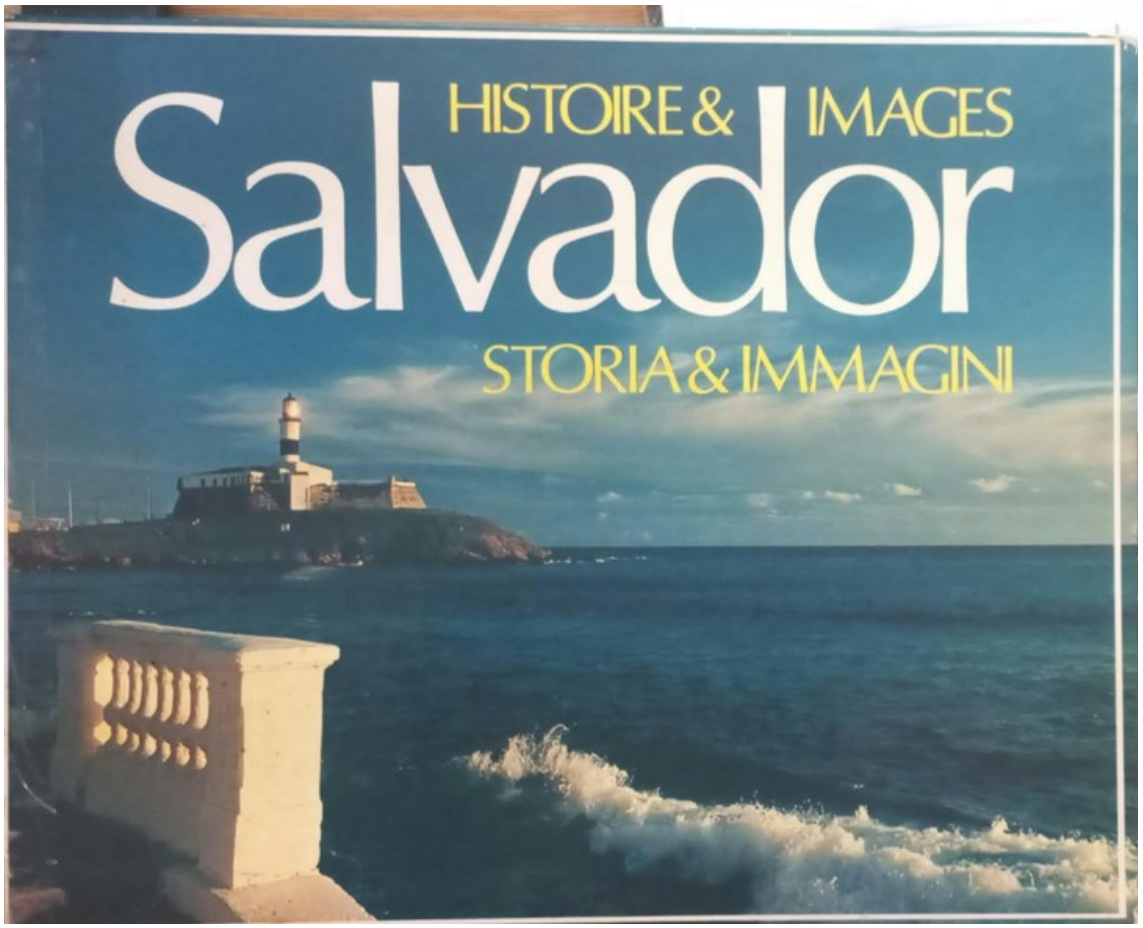
O valor desse registro está justamente em sua espontaneidade. Trata-se de uma manifestação pessoal que revela a importância de Dona Fiana para alguém que desejou registrar por escrito sua admiração.

Em um portfólio dedicado à memória e à ancestralidade, documentos como esse ajudam a demonstrar que a história de uma pessoa também é construída pelas relações afetivas, pelo reconhecimento e pelas lembranças que ela deixa em outras pessoas.

A dedicatória amplia a compreensão da trajetória de Dona Fiana. Além de sua relação com a culinária e com as manifestações populares, ela aparece como uma mulher reconhecida e valorizada por pessoas de seu convívio.



Dedicatória de Marcela Ferri a Dona Fiana, com a mensagem: “Para Fiana, minha mãe, minha amiga, mulher de raro valor.”



Publicação histórica que reúne registros fotográficos de Salvador e integra o acervo documental utilizado na preservação da memória familiar.

---

10. O REGISTRO FOTOGRÁFICO E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ALTO DA SEREIA

A memória da família também está presente em registros fotográficos de Salvador, especialmente aqueles relacionados ao Alto da Sereia.

As imagens da comunidade e de seus moradores ajudam a documentar a paisagem, a vida cotidiana e a presença histórica das famílias que construíram sua trajetória naquele território.

Entre os registros apresentados estão imagens antigas do Alto da Sereia, fotografias de Dona Fiana e referências à presença de moradores em manifestações populares.

Essas imagens são importantes porque permitem relacionar a memória familiar à história coletiva da comunidade.

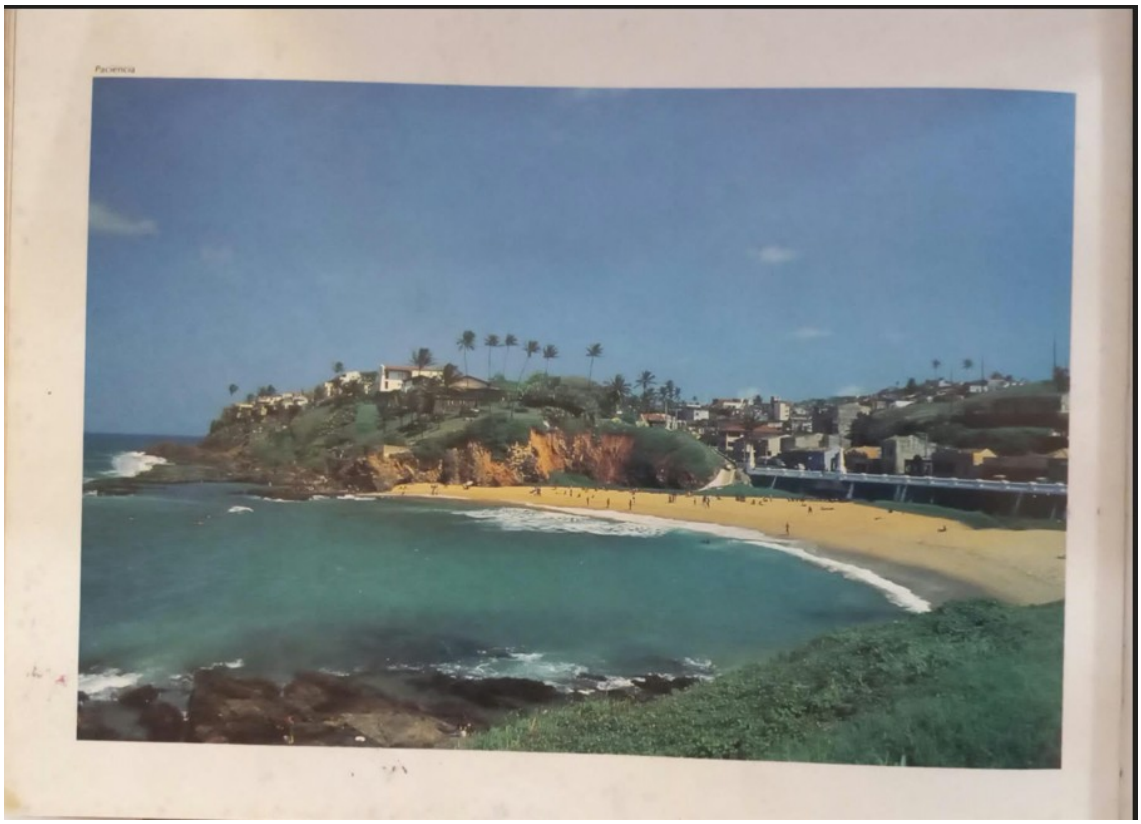
O território não é apenas um espaço geográfico. É lugar de pertencimento, memória, identidade, relações comunitárias e transmissão de conhecimentos.

As fotografias permitem observar transformações na paisagem e preservar referências de espaços que fizeram parte da vida de diferentes gerações.

Ao reunir essas imagens, procuro demonstrar que a memória do Alto da Sereia também é construída pelas histórias das famílias que ali viveram, pelas relações de vizinhança, pelos costumes e pelas experiências compartilhadas.

A fotografia funciona como um documento de memória. Mesmo quando não é possível identificar com precisão a data de sua produção, ela pode registrar pessoas, lugares e situações que integram a história familiar e comunitária.

Por isso, as imagens deste portfólio devem ser identificadas conforme as informações disponíveis, distinguindo fotografias com data comprovada daquelas cuja identificação decorre da memória familiar.



Fotografia antiga do Alto da Sereia presente na publicação *Salvador – História & Imagens / Storia & Immagini*.



Dona Fiana em registro fotográfico relacionado ao território do Alto da Sereia, espaço de pertencimento e memória de sua família.

---

11. A RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO E O RECONHECIMENTO QUILOMBOLA

Minha ligação com o Alto da Sereia não é apenas afetiva. Ela está fundamentada em minha origem familiar, em minha história de nascimento e criação no território, em documentos pessoais, em registros históricos e em declaração de pertencimento étnico assinada por lideranças da comunidade.

O dossiê familiar reúne documentos que demonstram a relação de minha família com o território, incluindo registros civis e informações sobre gerações anteriores.

Também integra esse conjunto uma Declaração de Pertencimento Étnico, assinada por lideranças do Alto da Sereia, na qual são reconhecidos meus vínculos históricos, familiares, culturais e sociais com a comunidade.

A declaração registra meu nascimento e criação no território, além de minha ligação com a ancestralidade e com as práticas socioculturais da comunidade.

O pertencimento quilombola não deve ser compreendido apenas como uma informação documental. Ele envolve relações históricas, vínculos familiares, memória coletiva, identidade e ligação com o território.

O Alto da Sereia integra minha história de vida e a história de minha família. É nesse contexto que se encontram as lembranças de Dona Fiana, as referências à ancestralidade africana, as práticas culturais e as relações comunitárias que formaram minha identidade.

A declaração individual apresentada neste portfólio comprova os vínculos familiares, históricos e socioculturais nela reconhecidos pelas lideranças signatárias. Ela não deve ser confundida com uma certidão de reconhecimento ou certificação institucional da comunidade. Para fins de inscrição, a situação institucional do Alto da Sereia deve ser demonstrada por documento oficial atualizado, caso esse documento seja exigido pelo edital. Assim, este portfólio registra o pertencimento declarado e a trajetória familiar sem atribuir à declaração alcance jurídico ou institucional que ela não possui.

Assim, a documentação aqui reunida deve ser compreendida como prova da trajetória familiar e do pertencimento declarado, sem confundir a declaração individual com a certificação oficial da comunidade.

DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO

À Fundação Getulio Vargas (FGV)

Comissão Organizadora do CNU – Etapa 2

Nós, lideranças abaixo assinadas, vinculadas à associação e à Comunidade Quilombola Alto da Sereia, localizada na Rua Alto da Sereia, Salvador, Bahia, Brasil, na forma do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, declaramos, para os devidos fins, que:

VALMIR DOS SANTOS NEVES FILHO, portador do RG nº 05.711.406-45 e CPF nº 909.647.215-20, é descendente quilombola, reconhecido por esta comunidade por ser nascido e criado em seu território tradicional, mantendo vínculos históricos, familiares, culturais e sociais que caracterizam sua pertença étnica.

A comunidade o reconhece como integrante do grupo étnico remanescente de quilombo, preservando identidade própria, ancestralidade e participação contínua em suas práticas socioculturais.

Esta declaração é emitida para fins de comprovação de pertencimento étnico no âmbito do Concurso Nacional Unificado – CNU 2, conforme exigência para reserva de vagas destinadas a pessoas quilombolas.



Assinaturas das Lideranças da Comunidade

Marivaldina Maria da Paixão

RG: 01.271.449-60

CPF: 226.356.535-34

Liderança da Comunidade Quilombola Alto da Sereia

Jorgina Alves Conceição

RG: 07.458.394-87

CPF: 793.546.455-34

Liderança da Comunidade Quilombola Alto da Sereia

Antônio Pereira Neves

RG: 03.045.620-76

CPF: 409.134.655-34

Liderança da Comunidade Quilombola Alto da Sereia

Local: Salvador

Data: 26 / 11 / 2025

Declaração de Pertencimento Étnico que reconhece os vínculos familiares, históricos e socioculturais do proponente com o Alto da Sereia.

12. A MEMÓRIA QUE ATRAVESSA O TEMPO: DE 1876 A 1976

Há uma coincidência cronológica de grande significado simbólico na história familiar.

A pesquisa de Antônio Monteiro situa por volta de 1876 a captura do Igo dos Ossurumins e sua retirada de sua terra de origem. Cem anos depois, em 15 de janeiro de 1976, nasci eu, Valmir dos Santos Neves Filho.

Essa coincidência entre 1876 e 1976 representa, para mim, uma oportunidade de refletir sobre a permanência da memória ancestral ao longo das gerações.

Não significa que o nascimento de um descendente, por si só, comprove a continuidade de todos os acontecimentos históricos. Significa que, cem anos depois do período apontado pela pesquisa como marco da captura do ancestral, nasce um descendente dessa linhagem, cuja história familiar preserva referências à ancestralidade africana e ao território do Alto da Sereia.

Outro marco temporal importante é o nascimento de Dona Fiana, em 1910, cinco anos depois da morte de Luiz Felisberto da Silva Couve, ocorrida em 1905.

Essas datas ajudam a organizar a linha do tempo familiar e a compreender a proximidade histórica entre as gerações.

A memória familiar não é formada apenas por datas. Ela também é construída pelas histórias transmitidas, pelas pessoas que preservaram os relatos, pelos documentos que chegaram até o presente e pelas práticas culturais que continuam sendo realizadas.

A relação entre esses marcos temporais reforça a importância de preservar os registros e de reconhecer a continuidade das histórias familiares.

Valmir dos Santos Neves Filho, nascido em janeiro de 1976, descendente de uma linhagem familiar vinculada à memória do Igo dos Ossurumins e ao território do Alto da Sereia.

---

13. A LITERATURA COMO EXPRESSÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE

Minha trajetória também está ligada à produção literária. Sou autor do livro *O Diário de Um Arcanjo*, publicado em 2013, com 96 páginas e ISBN 978-85-916571-0-0.

A obra apresenta reflexões sobre família, relações humanas, discriminação, superação, esperança e experiências de vida.

Em suas páginas aparecem referências à Bahia, à história familiar e ao universo de origem do autor. Um dos capítulos, intitulado “Bahia, um Estado em Festa”, apresenta referências ao Alto da Sereia e a momentos de celebração familiar.

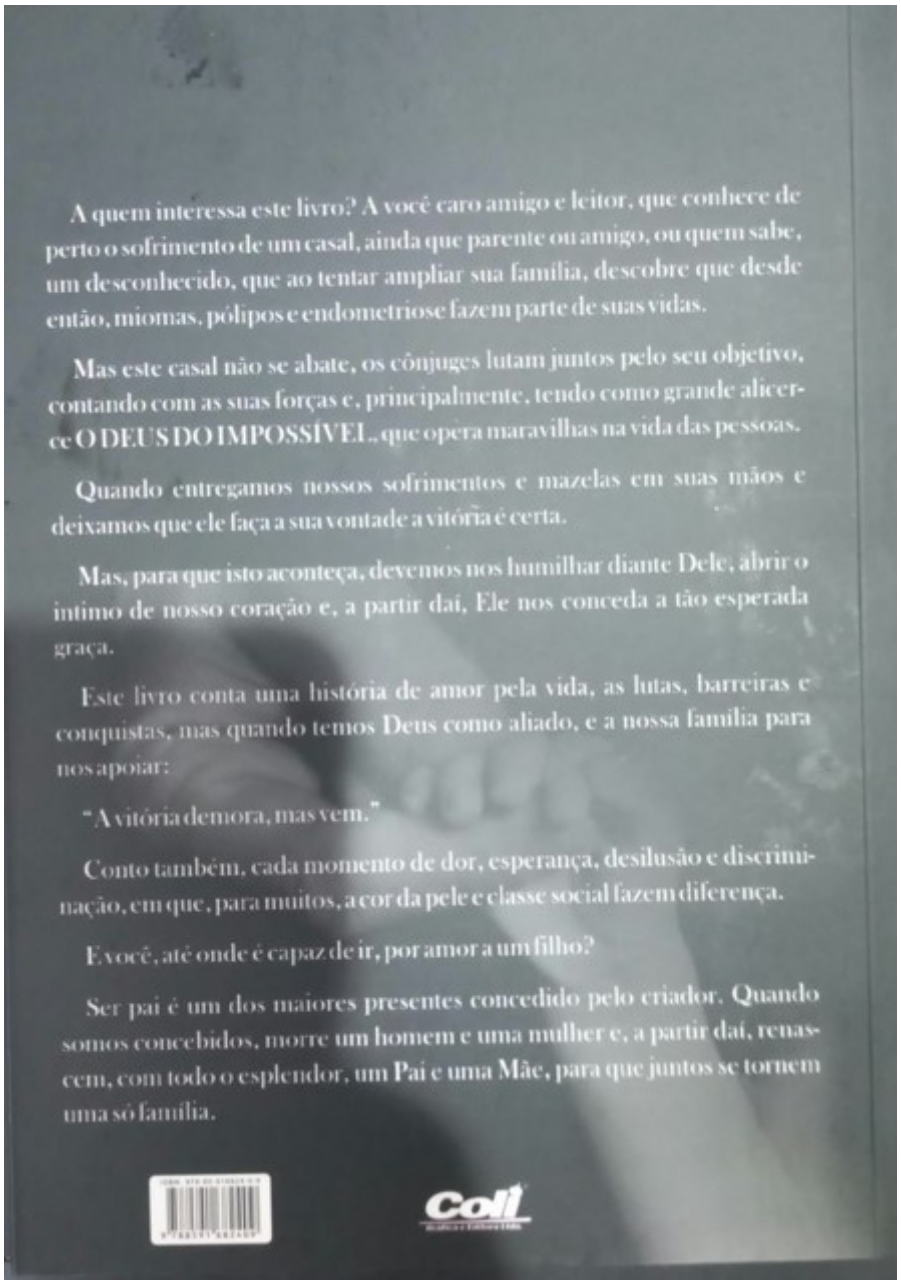
A literatura tornou-se uma forma de registrar experiências, preservar lembranças e transformar vivências pessoais em expressão escrita.

A produção literária permite organizar memórias e experiências que, muitas vezes, permanecem dispersas na lembrança individual. Ao escrever, o autor transforma acontecimentos e reflexões em registros que podem ser compartilhados com outras pessoas.

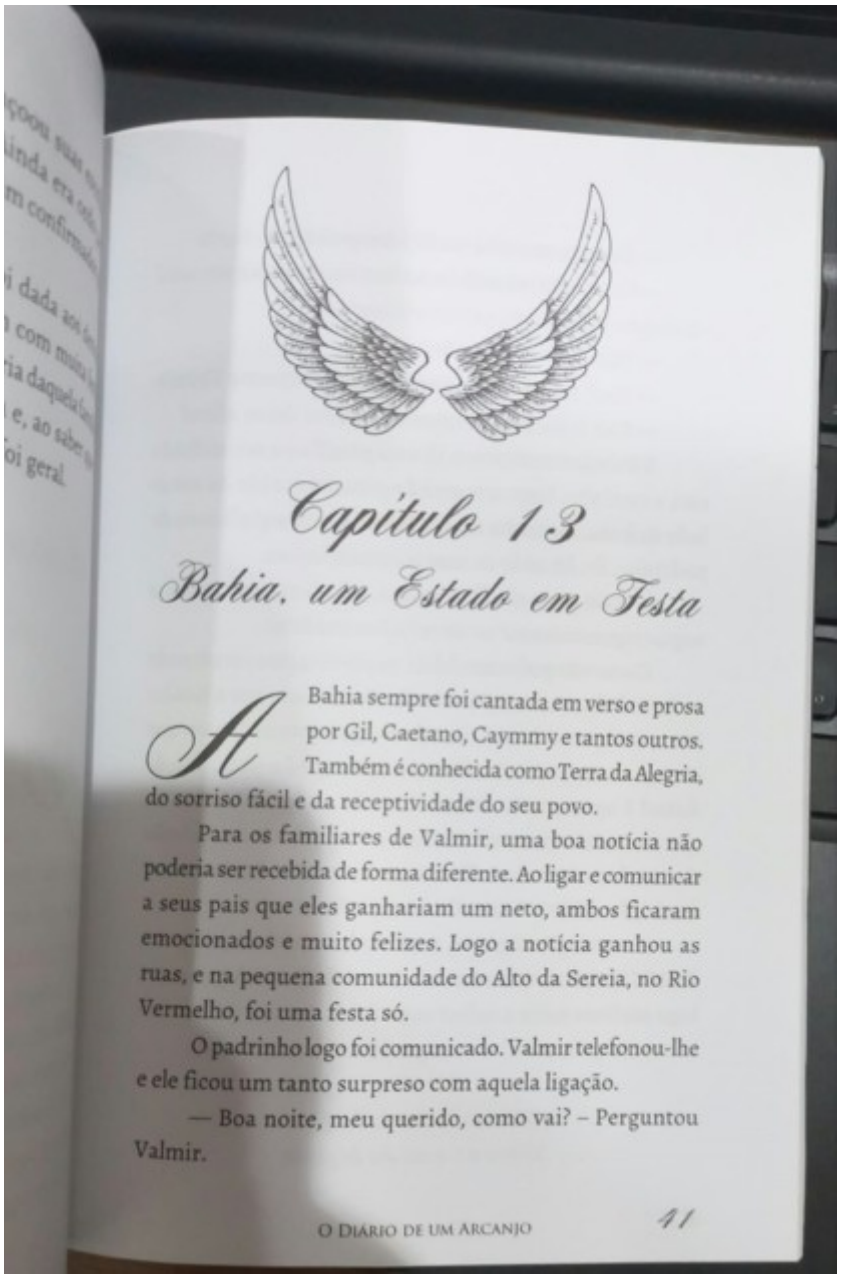
Além do livro, também produzi artigos publicados no portal Administradores.com.br, ampliando minha atuação na produção e circulação de textos.

Essa experiência integra minha trajetória de valorização da memória, da identidade e da expressão cultural.


Valmir Neves
O DIÁRIO
de um arcanjo
Uma lição de vida



Livro de autoria de Valmir dos Santos Neves Filho, publicado em 2013, com reflexões sobre família, identidade, discriminação e superação.



Capítulo 13

Bahia, um Estado em Festa

A Bahia sempre foi cantada em verso e prosa por Gil, Caetano, Caymmy e tantos outros. Também é conhecida como Terra da Alegria, do sorriso fácil e da receptividade do seu povo.

Para os familiares de Valmir, uma boa notícia não poderia ser recebida de forma diferente. Ao ligar e comunicar a seus pais que eles ganhariam um neto, ambos ficaram emocionados e muito felizes. Logo a notícia ganhou as ruas, e na pequena comunidade do Alto da Sereia, no Rio Vermelho, foi uma festa só.

O padrinho logo foi comunicado. Valmir telefonou-lhe e ele ficou um tanto surpreso com aquela ligação.

— Boa noite, meu querido, como vai? – Perguntou Valmir.

O Diário de um Arcanjo 41

Trecho da obra que registra referências à Bahia, ao Alto da Sereia e à memória familiar do autor.

---

14. A TRANSMISSÃO DOS SABERES: DA COZINHA FAMILIAR À IDENTIDADE CULTURAL

A transmissão dos conhecimentos culinários também faz parte da minha história.

Desde a infância, tive contato com os modos de preparo da culinária baiana, especialmente com a moqueca. Aprendi práticas e referências culinárias que foram transmitidas no ambiente familiar.

A cozinha foi um espaço de contato com ingredientes, sabores e formas de preparo que fazem parte da cultura alimentar da Bahia.

Ao longo do tempo, desenvolvi uma maneira própria de preparar a moqueca, utilizando três tipos de azeite: dendê, azeite de oliva e óleo de coco.

Essa preparação representa uma adaptação pessoal inspirada em conhecimentos e referências culinárias herdadas. Não a apresento como uma receita tradicional única ou como reprodução exata da forma de preparo de Dona Fiana, mas como expressão da continuidade e transformação dos saberes no ambiente familiar.

A transmissão cultural não significa que cada geração deva repetir todas as práticas exatamente da mesma maneira. Os conhecimentos são recebidos, experimentados e, muitas vezes, adaptados às experiências de quem os recebe.

A cultura permanece viva justamente porque é transmitida, praticada e reinterpretada pelas gerações seguintes.

A culinária, portanto, representa uma dimensão importante de minha identidade e da memória familiar. Ela conecta lembranças da infância, conhecimentos transmitidos e referências culturais que continuam presentes em minha vida.

---

15. EXPERIÊNCIAS DE MOBILIZAÇÃO, VALORIZAÇÃO COMUNITÁRIA E SUPERAÇÃO DE BARREIRAS EDUCACIONAIS

Minha relação com a comunidade do Alto da Sereia também se expressou em iniciativas de mobilização, participação social e compartilhamento de conhecimentos. Essas experiências fazem parte de minha trajetória e demonstram que meu vínculo com o território não se limita à memória familiar: também se manifesta em ações voltadas às pessoas e às necessidades da comunidade.

15.1. Oficinas de empregabilidade realizadas em 2006

Em 2006, realizei oficinas no Alto da Sereia voltadas à empregabilidade e à orientação dos moradores. A iniciativa tinha como propósito compartilhar conhecimentos, oferecer orientações relacionadas ao mundo do trabalho e contribuir para que os participantes pudessem ampliar suas possibilidades de inserção profissional.

Essa atividade foi realizada em parceria com Alexandre Seiler e Itamar Lopes, pessoas que conheci por meio de minha experiência profissional e que desenvolveram comigo esse trabalho comunitário.

As oficinas aconteceram no Bar do Vitor, estabelecimento comercial de um morador e comerciante local. A utilização desse espaço evidencia a importância dos próprios estabelecimentos e das pessoas da comunidade na construção de iniciativas coletivas.

A realização das oficinas naquele território representou uma oportunidade de aproximar conhecimentos e orientações profissionais da realidade dos moradores. Mais do que uma atividade pontual, a experiência expressou minha compreensão de que o desenvolvimento comunitário também depende da circulação de informações, da formação e da criação de oportunidades.

A participação de Alexandre Seiler e Itamar Lopes deve ser reconhecida como parte dessa experiência, pois ambos estiveram envolvidos na realização das oficinas.

Para documentar essa atividade, podem ser reunidas fotografias, materiais utilizados, certificados, declarações de Alexandre Seiler e Itamar Lopes e, se possível, declaração do comerciante ou de moradores que acompanharam a realização das oficinas.

15.2. Participação na mobilização do Abraço Simbólico ao Morro da Sereia, em 2010

Em 2010, participei da mobilização relacionada ao “Abraço Simbólico ao Morro da Sereia”, iniciativa que reuniu moradores, lideranças e apoiadores para chamar a atenção do poder público para as condições e necessidades da comunidade.

O dossiê familiar registra a realização do ato em 31 de janeiro de 2010. A mobilização reuniu moradores, lideranças e apoiadores em torno da defesa do território e da visibilidade das demandas do Alto da Sereia.

Minha participação, conforme minha memória e experiência na comunidade, envolveu a mobilização e a articulação de lideranças e moradores para a realização do ato. Esse trabalho de articulação integra minha trajetória de participação comunitária. Para comprovar especificamente minha atuação, são importantes fotografias, notícias da época e declarações de pessoas que participaram da organização.

A organização e a mobilização comunitária são dimensões importantes da preservação da memória coletiva. Defender o território também significa reconhecer a história das famílias, os vínculos sociais e culturais e a importância dos espaços que constituem a identidade da comunidade.

Para comprovar especificamente minha participação e atuação nessa iniciativa, podem ser anexados registros fotográficos, declarações de participantes, notícias ou documentos da época.

15.3. A conquista do diploma universitário: um marco na trajetória da comunidade

Outro marco importante de minha trajetória está relacionado à formação universitária.

Conforme minha memória e experiência de vida no Alto da Sereia, fui a primeira pessoa da comunidade a conquistar um diploma universitário. Essa conquista possui um significado que ultrapassa a dimensão individual, pois representa uma experiência de superação de barreiras educacionais e de ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior.

Minha formação acadêmica foi construída em uma trajetória na qual a educação passou a ocupar um lugar importante como instrumento de desenvolvimento pessoal, profissional e social.

Para mim, essa conquista também está relacionada à história da comunidade. Quando uma pessoa de um território popular e negro alcança a formação universitária, sua trajetória pode se tornar uma referência para outras pessoas, especialmente para crianças e jovens que ainda estão construindo seus projetos de vida.

Não apresento esse marco apenas como uma realização pessoal. Ele representa a possibilidade de transformar oportunidades educacionais em conhecimentos que podem retornar à sociedade e contribuir para a formação de outras pessoas.

A conquista do diploma também se relaciona às experiências de orientação e compartilhamento de conhecimentos desenvolvidas anteriormente no Alto da Sereia, como as oficinas de empregabilidade de 2006. São momentos distintos, mas que fazem parte de uma trajetória marcada pela valorização da educação, da formação e do desenvolvimento humano.

Para documentar essa informação, apresento o diploma universitário e, sempre que possível, uma declaração de moradores ou lideranças antigas da comunidade que possam confirmar esse marco na história educacional do Alto da Sereia.

Essas experiências — as oficinas de 2006, a mobilização comunitária de 2010 e a conquista da formação universitária — demonstram diferentes dimensões de minha relação com o Alto da Sereia. São iniciativas e acontecimentos que articulam participação social, educação, valorização das pessoas e compromisso com a comunidade.

Registro sugerido — Abraço Simbólico ao Morro da Sereia: inserir, se disponível, fotografia, notícia ou documento da mobilização realizada em 31 de janeiro de 2010.

Registro sugerido — formação universitária: inserir fotografia legível do diploma de Valmir dos Santos Neves Filho. A afirmação de pioneirismo na comunidade é apresentada conforme sua memória e deve, se possível, ser acompanhada de declaração comunitária.

16. ATUAÇÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA

Minha trajetória profissional também se desenvolve na área da educação. Como professor, trabalho com a formação de jovens e com a construção de conhecimentos relacionados à cidadania, à sociedade, à cultura e ao mundo do trabalho.

A educação representa uma dimensão importante de minha trajetória, tanto pela experiência pessoal de acesso à formação universitária quanto pela possibilidade de compartilhar conhecimentos com outras gerações.

No ambiente escolar, desenvolvo propostas pedagógicas que valorizam a história e a cultura afro-brasileira, a memória das comunidades tradicionais e o reconhecimento das contribuições da população negra.

Entre as iniciativas está o projeto “Quilombo Laert de Almeida”, desenvolvido no contexto das atividades relacionadas ao Dia da Consciência Negra.

A proposta valoriza pessoas da própria comunidade escolar por meio de entrevistas, registros de trajetórias e produção de cartazes. Em vez de apresentar a história negra apenas por meio de personalidades conhecidas nacionalmente, o projeto busca reconhecer as experiências de pessoas que fazem parte do cotidiano da escola.

A iniciativa procura demonstrar que a história negra também é construída por trabalhadores, educadores, familiares, estudantes e integrantes das comunidades. São pessoas cujas experiências nem sempre aparecem nos livros, mas que contribuem diretamente para a formação da sociedade.

As entrevistas e os registros produzidos pelos estudantes ajudam a preservar histórias de vida e a reconhecer a importância da memória comunitária. Dessa forma, o trabalho pedagógico aproxima os estudantes de suas próprias referências sociais e culturais e estimula o reconhecimento de pessoas que fazem parte de sua realidade.

Essa prática dialoga com a história de minha família e com a memória do Alto da Sereia. Assim como os relatos familiares, as fotografias e os documentos permitem preservar a trajetória de nossos antepassados, as entrevistas realizadas na escola ajudam a registrar experiências que poderiam permanecer desconhecidas ou deixar de ser transmitidas às próximas gerações.

A atuação educacional representa, portanto, uma continuidade de meu compromisso com a valorização da memória, da identidade e da cultura negra. O conhecimento adquirido ao longo de minha trajetória também se transforma em instrumento de formação e valorização de outras pessoas.



Projeto escolar de valorização da memória, da identidade negra e das histórias de vida da comunidade, desenvolvido por meio de entrevistas e registros produzidos pelos estudantes.

---

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PRESERVAR A MEMÓRIA, VALORIZAR A ANCESTRALIDADE E TRANSMITIR SABERES

A construção deste portfólio representa um esforço de organização e preservação de uma história familiar e comunitária que atravessa gerações.

Ao reunir a trajetória de Igo dos Ossurumins, a memória de Antenor Boaventura, a história de Dona Fiana, os registros familiares, as fotografias, os documentos e as experiências vividas no Alto da Sereia, procuro demonstrar que a ancestralidade não está distante de nossa vida cotidiana. Ela permanece nas histórias transmitidas, nos conhecimentos preservados, nas práticas culturais e nos vínculos que construímos com nossos territórios.

A história de Igo dos Ossurumins permite reconhecer a presença de africanos que chegaram ao Brasil trazendo experiências, conhecimentos, referências religiosas e posições sociais construídas em seus lugares de origem. Sua trajetória, preservada pela pesquisa de Antônio Monteiro e pelo relato de Antenor Boaventura, representa uma parte importante da memória negra da Bahia e de minha história familiar.

Dona Fiana, por sua vez, representa a continuidade dos saberes populares por meio da culinária, da participação nas manifestações culturais e das relações construídas ao longo de sua vida. Sua memória evidencia a importância das mulheres negras na preservação de conhecimentos e práticas que constituem a cultura popular baiana.

A Feira de São Joaquim, a Lavagem do Bonfim, as fotografias do Alto da Sereia e os registros familiares ajudam a compreender como essas histórias estão relacionadas a espaços concretos de Salvador e a experiências que marcaram diferentes gerações.

Minha própria trajetória também faz parte desse processo. Nasci e fui criado no Alto da Sereia, preservei referências familiares, produzi literatura, participei de iniciativas comunitárias, realizei oficinas de empregabilidade, participei de mobilizações em defesa do território, alcancei a formação universitária e desenvolvo práticas educacionais voltadas à valorização da cultura negra e da memória comunitária.

Essas experiências não são apresentadas como acontecimentos isolados. Elas integram uma trajetória de pertencimento, formação e compromisso com a preservação da memória e a valorização das pessoas e das histórias que constituem a comunidade.

O trabalho de preservação da memória exige cuidado com as fontes e respeito às diferentes formas de transmissão do conhecimento. Por isso, este portfólio distingue documentos oficiais, publicações históricas, registros fotográficos, relatos familiares e experiências pessoais. Cada informação é apresentada de acordo com sua origem, sem transformar lembranças em documentos ou atribuir a uma fonte afirmações que ela não contém.

Entendo que preservar a memória de uma comunidade é também reconhecer a dignidade de seus moradores, valorizar os conhecimentos transmitidos entre gerações e garantir que as histórias de pessoas comuns tenham espaço nos registros culturais.

A memória do Alto da Sereia não se resume à história de uma única família. Minha trajetória é uma parte dessa história, construída em relação com outras pessoas, moradores, lideranças e gerações que contribuíram para a formação do território.

Este portfólio é, portanto, uma forma de registrar, compartilhar e manter viva essa memória. É também um compromisso com a continuidade dos saberes, com o reconhecimento da ancestralidade africana e com a valorização da cultura negra e quilombola.

Preservar a história de nossos antepassados é reconhecer de onde viemos. Compartilhar os conhecimentos recebidos é contribuir para que eles continuem existindo. Valorizar o território é reconhecer as pessoas que o construíram e que seguem dando sentido à sua história.

Valmir dos Santos Neves Filho
Proponente
Comunidade Quilombola Alto da Sereia – Salvador, Bahia

18. DOCUMENTOS, REGISTROS E MATERIAIS QUE COMPÕEM O PORTFÓLIO

Para demonstrar a trajetória apresentada, o portfólio reúne ou prevê a apresentação dos seguintes materiais:

1. Fotografias de Dona Fiana, Nair dos Santos das Neves.
2. Publicação *Notas sobre Negros Malês na Bahia*, de Antônio Monteiro, editora Ianamá, 1987.
3. Páginas do capítulo “Um rei malê escravo na Bahia”.
4. Registro do relato atribuído a Antenor Boaventura.
5. Reprodução da certidão de óbito de Luiz Felisberto da Silva Couve, falecido em 29 de julho de 1905.
6. Registros fotográficos de Luiza Felisberta Couve, conforme identificação histórica e familiar.
7. Fotografias de Dona Fiana e registros relacionados à Lavagem do Bonfim.
8. Fotografias e referências à culinária tradicional praticada por Dona Fiana.
9. Registros da Feira de São Joaquim e referências à memória familiar de aquisição de ingredientes.
10. Publicação *Salvador – História & Imagens / Storia & Immagini*, incluindo a dedicatória manuscrita dirigida a Fiana.
11. Fotografias históricas do Alto da Sereia.
12. Declaração de Pertencimento Étnico assinada por lideranças da comunidade.
13. Documentos civis e registros familiares relacionados à ancestralidade.
14. Livro *O Diário de Um Arcanjo*, de autoria de Valmir dos Santos Neves Filho, publicado em 2013.
15. Página do capítulo “Bahia, um Estado em Festa”.
16. Fotografias e registros das oficinas de empregabilidade realizadas em 2006, no Bar do Vitor, com Alexandre Seiler e Itamar Lopes.
17. Fotografias e documentos relacionados ao Abraço Simbólico ao Morro da Sereia, em 31 de janeiro de 2010.
18. Diploma universitário do proponente e, se disponível, declaração comunitária sobre o pioneirismo dessa formação.
19. Fotografias, entrevistas e cartazes do projeto escolar “Quilombo Laert de Almeida”.
20. Outros registros familiares, comunitários e educacionais que contribuam para a comprovação das experiências apresentadas.

19. REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

ANTÔNIO MONTEIRO. Notas sobre Negros Malês na Bahia. Salvador: Ianamá, 1987. Obra consultada especialmente no capítulo “Um rei malê escravo na Bahia”.

SALVADOR – HISTÓRIA & IMAGENS / STORIA & IMMAGINI. Publicação iconográfica consultada no acervo familiar. Os dados editoriais completos não estão identificados no exemplar apresentado.

REGISTROS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS. Fotografias, documentos civis, declaração de pertencimento étnico, relatos familiares e registros reunidos pelo proponente. As informações de memória oral são identificadas no texto como relatos familiares ou experiências pessoais.

REGISTRO SOBRE O ABRAÇO SIMBÓLICO AO MORRO DA SEREIA. Dossiê documental do proponente, com referência à realização em 31 de janeiro de 2010. O endereço eletrônico anteriormente anotado foi retirado desta versão por estar incompleto e não permitir conferência segura.

Nota sobre a natureza das fontes: Este portfólio reúne documentos reproduzidos, publicações consultadas, fotografias, relatos familiares e experiências pessoais. Quando uma informação decorre de memória oral ou identificação familiar, isso é indicado no próprio texto. A inclusão de um relato não significa que ele tenha sido confirmado por registro civil ou por fonte independente.